

A incoerência do senador e as causas da nossa crise

Embora possa ser considerado mais um produto desses tempos surrealistas da vida política brasileira, o relatório da Comissão Especial do Senado para a dívida externa — elaborado pelo senador Fernando Henrique Cardoso — exagera em matéria de obviedades e afirmações contraditórias, muito características, por sinal, da atitude ambígua que a maior parte dos nossos políticos assumiu em relação à desastrosa moratória funaresca. Apesar de termos tido acesso apenas às principais conclusões do documento, não temos dúvida em afirmar que ele nada acrescenta ao debate e em nada contribui para que se compreenda o mal que o confronto com os credores externos privados causou ao País. Como diz um popular apresentador de televisão, o documento não veio para esclarecer, mas para confundir.

O senador Cardoso reconhece (afinal!) que a moratória foi inútil, pois não conseguiu reduzir as transferências de capitais para o Exterior. Já é um progresso. Só que, na visão do líder peemedebista, isso aconteceu apenas porque “faltou firmeza e preparo” ao governo Sarney para conduzir as negociações com os credores. É incrível que um professor universitário como o sr. Cardoso não consiga ver o óbvio. Aliás, recentemente ele deu uma demonstração convincente de que vê o óbvio (que chegamos a comentar nesta coluna) e até conclamou seus correligionários a compartilhar essa visão com ele. Assim a explicação para que ele deixe de lado os aspectos essenciais do problema e desfigure os fatos para fazer elogios aos ex-ministros Dilson Funaro e Bresser Pereira e condenar o presidente da República, não deve ser procurada no terreno da lógica, mas no da ideologia.

Segundo o sr. Fernando Henrique Cardoso, apesar dos objetivos que se visavam com a moratória não terem sido atingidos, o sr. Funaro merece aplausos por haver introduzido uma “nova postura” nas negociações da dívida ao enfatizar seus aspectos políticos e a necessidade de se alterar a ordem econômica internacional, coisa que outros também fizeram de modo muito mais inteligente e sobretudo barato. Igualmente positiva é a apreciação dos senadores da tentativa do ex-ministro Bresser “de buscar um acordo de longo prazo, com independência do FMI, a fim de assegurar o crescimento da economia”, apesar de essa tentativa, por insistir nos “pressupostos” do PMDB, ter-se mostrado absolutamente estéril. Por outro lado, o ministro Mailson da Nóbrega, que não é um ministro da copa e cozinha peemedebista, é criticado no documento da Comissão por estar tentando chegar a um acordo com os credores o mais rapidamente possível, deixando de lado os “pressupostos” que os economistas do PMDB haviam considerado indispensáveis para a retomada das negociações.

É nesse ponto que reside toda a contradição do relatório, um “escorregão” que não deixa bem um scholar do gabarito do professor Fernando Henrique Cardoso. Como ele mesmo admite, os objetivos que a moratória se propunha não foram alcançados: as divisas continuaram saindo do País num ritmo mais acelerado e, para piorar (coisa que ele omitiu), cessou totalmente a entrada de novos empréstimos e de novos investimentos no País, e com eles cessou também o desenvolvimento tão almejado. O sr. Dilson Funaro praticamente não conseguia e nem queria conversar com os credores para iniciar as negociações. Só o seu substituto, premido pelos efeitos negativos que o senador acadêmico ainda se recusa a ver, tentou reiniciá-las. Acontece que a tal “proposta inovadora” do sr. Bresser Pereira, que levava em conta os “pressupostos” de que fala o senador, foi considerada “non starter” pelo lado contrário e o máximo

que ele conseguiu, e, mesmo assim, só depois de abrir mão da parte essencial dos tais “pressupostos”, foi um acerto provisório sobre os juros de 1987, isso porque havia necessidade de evitar que os bancos fossem obrigados a registrar como prejuízo em seus balanços os atrasos do Brasil. Em outras palavras: a moratória do PMDB simplesmente paralisou o fluxo de recursos externos para nosso país — e conseqüentemente, paralisou toda a economia brasileira — e não abriu nenhum caminho novo para o equacionamento da questão da dívida, a não ser os que povoavam os sonhos provincianos dos “economistas do PMDB”, que o outro lado, sem a participação do qual negociação não há, se recusou a considerar, por fantasiosos e irrealistas.

Esse caminho foi reaberto pelo “condenado” ministro Mailson da Nóbrega, que decidiu abandonar os sonhos peemedebistas e buscar a solução possível, ou seja, aquela que pudesse ser negociada com os credores. O êxito foi imediato: os bancos aceitaram reescalonar os US\$ 67,5 bilhões que o Brasil lhes deve por um prazo de 20 anos e concederam ao País novos créditos no valor de US\$ 2,8 bilhões, com o spread reduzido a 0,8125. Para o senador peemedebista e seus companheiros de Comissão, contudo, este êxito denota a “incompetência” do ministro da Fazenda atual e do governo Sarney. Competente, para eles, foi a ação “non starter” dos srs. Funaro e Bresser, que por insistirem nela por tempo demais (graças ao PMDB) deixaram o País à míngua...

O relatório preparado pelo senador Fernando Henrique Cardoso é, na realidade, uma demonstração de como funciona a pior cegueira: aquela do que não quer ver. Ela se impressiona pela fato de o Brasil dever mais de US\$ 100 bilhões, mas não é capaz de entender que esses números só são verdadeiramente assustadores porque os outros dados da economia brasileira, graças às interferências dos políticos, são absolutamente raquíticos e incompatíveis com as potencialidades do País. Se o Brasil fosse hoje um país que pudesse desenvolver livremente suas potencialidades, sem ninguém que dissesse aos verdadeiros empreendedores o que eles podem ou não podem fazer, ou que jogasse sobre suas costas o peso esmagador de um Estado mastodôntico, o peso da dívida externa seria proporcionalmente muito menor e não nos traria nenhum transtorno. O senador Roberto Campos costuma dizer que a ignorância do deputado Ulysses Guimarães em matéria de economia chega a ser desumana. Depois desse relatório da Comissão da Dívida do Senado, essa classificação pode ser bem generalizada.

Esperamos que o ilustre senador Cardoso e seus companheiros descubram rapidamente a diferença entre números relativos e números absolutos. Só assim, em vez de ficarem lamentando o tamanho da nossa dívida externa, eles cuidariam de trabalhar para criar as condições de que o País precisa para se desenvolver, enriquecer, e poder pagar seus compromissos sem traumas e sem choques para a sociedade. A única solução real para a dívida externa é pagá-la. É fazer com que os números de nossa economia — o PIB, o saldo comercial, a taxa de investimentos — se tornem compatíveis com as potencialidades do Brasil em vez de continuarem sendo apenas o reflexo da nossa desgraça política.

E isso só irá acontecer quando for possível remover as barreiras que esses políticos ultrapassados não cessam de criar para impedir que os empreendedores daqui empreendam livremente, que os dólares do progresso e as modernas tecnologias cheguem até nós etc. Os Estados Unidos, em termos absolutos, são hoje os maiores devedores do mundo. Mas ninguém lá perde o sono por causa dessa dívida nem o país está estagnado. A explicação para essa tranqüilidade é muito simples: nos Estados Unidos não há uma esquerda xenófoba escrevendo uma nova constituição para o Estado e não para a Nação, nem milicratas da SEI impondo reservas de mercado, nem senadores fazendo “investigações” para esconder o óbvio. Por isso aquele país pode beneficiar-se da maior fatia dos trilhões de dólares que andam pelo mundo à cata de lugares bons e seguros para investir. Só no ano passado entraram nos Estados Unidos, como investimentos estrangeiros, 1,3 trilhão de dólares, mais de dez vezes a chorada dívida brasileira. E sem que nenhum norte-americano sentisse a sua “soberania” ameaçada. Se uma parcela desse dinheiro viesse para o Brasil, em pouco tempo nossa economia estaria produzindo os recursos necessários para cobrir com folga os seus compromissos internacionais, sem precisar recorrer à “fome do povo”, como gostam de dizer, demagogicamente, os peemedebistas. Na verdade, a “fome do povo” continuará existindo e se ampliando enquanto a “cultura política” predominante no Brasil for a que inspirou o relatório assinado pelo senador acadêmico do PMDB.